

AS PRINCIPAIS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS LICITATORIOS NO RECÔNCAVO DA BAHIA: UM ESTUDO A PARTIR DOS PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA

Magno Oliveira dos Santos^{*}
Aline Barbosa de Oliveira^{**}

A lei que disciplina a Licitação é a lei nº 8.666, a qual fora sancionada em 1993, regendo todos os processos licitatórios, veio para democratizar todos os processos de compras e contratações na administração pública, e nela se encontram todos os pontos que devem ser obedecidos para execução dos processos de licitação, observando os princípios constitucionais da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são Correlatos. Conforme TCU (2009), nem sempre e nem todas as regras são seguidas, gerando erros e irregularidades que, em alguns casos, provocam perdas ao erário público. Deste modo, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as principais irregularidades ocorridas nos processos licitatórios apontadas no parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios - BA acerca da prestação de contas anual das prefeituras do Recôncavo Baiano no período de 2015 e 2016. Quanto à metodologia, a presente pesquisa apresenta-se como uma pesquisa descritiva, mais especificamente a análise de conteúdo, tendo como abordagem principal a identificação de irregularidades apontadas nos pareceres prévios emitidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Recôncavo da Bahia, esta pesquisa se enquadra como qualitativa, onde buscará descrever através de análise das informações obtidas as principais irregularidades nos processos licitatórios no Recôncavo da Bahia com a respectiva identificação dos pontos da lei que estão sendo infringidos e dando causa às irregularidades. Quanto aos procedimentos metodológicos, será realizado um levantamento bibliográfico e documental. Através dessa pesquisa espera-se identificar as principais irregularidades ocorridas nos processos licitatórios, a fim de sugerir medidas para evitar tais ocorrências, buscando a minimização das falhas nos controles internos desses municípios por prática de erros relacionados ao não cumprimento das normas estabelecidas pela Lei nº8666/93 e a lei nº10520/02. A partir dessa concepção podemos observar ainda a importância dos profissionais contábeis que atuam com auditoria e controle na administração pública, na função de prevenção e identificação de irregularidades relacionadas aos processos licitatórios.

Palavras-chave: Irregularidades. Licitação. Controle Social. Fraude.

* Graduando do curso de Ciências Contábeis pelo Faculdade Maria Milza (FAMAM).
magnostoliveira@hotmail.com

** Mestranda em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Especialista em Auditoria e Perícia Contábil pela Faculdade de Tecnologia e Ciência- (FTC);
Docente na FAMAM.alineboliveira73@gmail.com